Revista Científica Interdisciplinar. ISSN: 2526-4036
Nº 1, volume 7, artigo nº 04, Janeiro/Março 2022
D.O.I: http://dx.doi.org/10.51721/2526-4036/v7n1a4

O RACISMO NOS COMPORTAMENTOS ÉTICOS QUANTO ÀS QUESTÕES RACIAIS DENTRO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS

RACISM IN ETHICAL BEHAVIORSTEMMING RACIAL ISSUES WITHIN THE TEACHING AND LEARNING PROCESS IN EDUCATIONAL INSTITUTIONS

Daniel Camargo da Costa

Licenciado em Pedagogia, Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação de Crateús, Crateús-Ceará, daniel.camargo@aluno.uece.br

Vicente Thiago Freire Brazil

Doutor em Filosofia, Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação de Crateús, Crateús-Ceará, vicente.brazil@uece.br

Resumo

Esta pesquisa analisar e expor comportamentos que são criados e articulados no âmbito educacional, procurando assim caracterizar como racismo manifesta-se em determinadas ações e discursos que parecem ser fruto de práticas sociodidáticas inofensivos e normalizadas, quando de fato, são a exteriorização mais cruel de violências simbólicas, verbais e até físicas contra as minorias étnicas brasileiras. Pretende-se também mostrar que através de mecanismos de opressão e silenciamento os saberes contributivos das populações afrodiaspóricas e povos tradicionais brasileiros são negados inclusive na educação básica, fato este que acaba fortificando dois conceitos fundamentais para esta pesquisa: o epistemicídio e a branquitude. Buscar-se-á, através de uma análise da literatura e de uma análise observacional específica, enxergar esse conjunto de dispositivos de poder através de aspectos relativos a categorias como o biopoder e a biopolítica, conceitos-chaves problematizados nesta pesquisa através do pensamento de pensadores como Michel Foucault e Gayatri Spivak.

Palavras-chave: Racismo; Epistemicídio; Educação.

Abstract

This research analyzes and exposes behaviors that are created and articulated in the educational field, thus seeking to characterize how racism manifests itself in certain actions

and speeches that seem to be the result of harmless and normalized socio-didactic practices, when in fact, they are the cruelest expression of violence. symbolic, verbal and even physical attacks against Brazilian ethnic minorities. It is also intended to show that through mechanisms of oppression and silencing the contributory knowledge of Afro-diasporic populations and traditional Brazilian peoples is denied even in basic education, a fact that ends up strengthening two fundamental concepts for this research: epistemicide and whiteness. It will be sought, through an analysis of the literature and a specific observational analysis, to see this set of power devices through aspects related to categories such as biopower and biopolitics, key concepts problematized in this research through the thinking of thinkers like Michel Foucault and Gayatri Spivak.

Keywords: Racism; Epistemicide; Education.

INTRODUÇÃO

Para que haja um espaço democrático de ensino e aprendizagem é preciso questionar, entender e refletir as ações e comportamentos étnico-raciais articulados no âmbito educacional quando se trata do racismo e suas nomenclaturas, pois é respeitando o lugar de fala das minorias, questionando e rompendo determinados mecanismos que estão ligado a ética e a moral, que assim será efetivamente construído um espaço de educação democrática.

Com a criação das instituições escolares indígenas foi notório os avanços obtidos na sociedade educacional como um todo, a respeito das discussões raciais, mas, ainda é preciso muita atenção e qualificação para que ocorra uma ampliação desses debates. Este estudo tem como objetivo demonstrar a partir de uma visão filosófica uma percepção da realidade que aparentemente apresenta-se como neutra e democrática, na verdade, negligencia e massacra os povos indígenas e a população negra durante o processo educacional dentro e fora das instituições.

Esse texto denuncia discursos e comportamentos que naturalizam o racismo e que por isso não tornam claro e evidente, a ação e o indivíduo racista; demonstra-se também como o Estado, com a ajuda de alguns mecanismos ou estruturas, acaba colocando as populações negras e ameríndias em lugares de minoria.

O racista contemporâneo não atua de forma direta contra suas vítimas, principalmente no ambiente das instituições educacionais, pois seus comportamentos e discursos soam uma democratização falsa e atinge a população não-branca de uma forma velada.

Pode-se observar, por exemplo, no caso dos conteúdos da disciplina de História, quando o educador e o educando estão revisando o período da colonização do Brasil, tanto a fala do professor como nos livros de didáticos, filmes, imagens e músicas que compõem

aquela aula, estão cobertas por discursos que naturalizam espaços e práticas que oprimem e negligenciam o negro/indígena e isso ocorre em virtude da narração histórica que é contada do ponto de vista do colonizador que muitas vezes narrada de uma forma pacífica, banalizando a dor e o sofrimento dessas pessoas que foram escravizadas e trazidas para o Brasil.

Percebe-se também os lugares, identidades e comportamentos que essas histórias impõem com relação os grupos étnicos, tendo assim o poder de colocar o branco sempre no topo dos espaços sociais sem haver a universalização da liberdade e dos direitos para os demais grupos populacionais.

O negligenciamento e banalização da história da população negra/indígena ocorre dentro do âmbito educacional quando as pessoas tendem a relatar o período da colonização a partir do ponto de vista do colonizador, apagando as crueldades e desvalorizando os fatos ocorridos naquela época, esse contexto histórico é contado mesmo sabendo que esses fatos ocorridos não foram apresentados a partir da visão do negro e do indígena e que isto representa uma violência simbólica para esses educandos.

Essa ação, constituindo-se como um mecanismo pseudoético e imoral apaga, violentamente, os espaços de fala e de produções de saberes das minorias raciais, invisibilizando todo o processo de luta, tanto o que foi produzido historicamente como cientificamente, causando assim o epistemicídio.

Por epistemicídio pode-se entender o seguinte, conforme Gomes:

> Essa soberania epistêmica engendrou aquilo a que o autor chama de epistemicídio. Este seria manifestado na supressão destruidora de alguns modelos de saberes locais, na desvalorização e hierarquização de tantos outros, o que levou ao desperdício – em nome dos desígnios colonialistas – da rica variedade de perspectivas presentes na diversidade cultural e nas multiformes cosmovisões por elas produzidas. As Epistemologias do Sul são uma proposta que denuncia a lógica que sustentou a soberania epistêmica da ciência moderna, uma lógica que se desenvolveu com a exclusão e o silenciamento de povos e culturas que, ao longo da História, foram dominados pelo capitalismo e colonialismo (GOMES, 2012, p. 45)

Através da lógica da denúncia do epistemicídio também pode-se perceber que os espaços não são apenas negados no âmbito das instituições educacionais, mas na educação como um todo, pois tem-se como resultado desse modelo educacional um indivíduo (negro/indígena) que muitas vezes não consegue sentir-se preparado para encarar determinados desafios da sociedade e que também são desmotivados a assumirem cargos,

responsabilidades no mundo do trabalho ou até mesmo permanecer como educandos nas escolas e universidades.

Isso ocorre porque o Estado consegue, através de comportamentos, discursos e ações humanas, criar e atualizar constantemente uma violência simbólica que reforça as supostas qualidades da branquitude na educação. De acordo com Cardoso: “a branquitude como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo”. (CARDOSO, 2010, p.611).

METODOLOGIA

Realizou-se uma Revisão Sistemática de Literatura – RSL – com o objetivo de identificar artigos, dissertações e/ou teses que se circunscrevem às temáticas do epistemicídio, branquitude, racismo estrutural, sendo sempre estes temas associados à temática do Ensino de História.

Além disso, foi feita uma análise observacional a partir de uma pesquisa de campo na Escola Indígena Raízes de Crateús na sala de ensino do terceiro ano do Ensino Fundamental I, onde buscou-se identificar na prática educacional do docente na sala de aula e de seus 15 (quinze) discentes, práticas racistas com base nas teorias e realidades fornecidas por diversos autores que procuram entender essa condição nefasta, bem como seus mecanismos explícitos e/ou implícitos tanto nas estruturas curriculares quanto nas práticas educativas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a criação de instituições e escolares indígenas foi possível nota os avanços obtidos na sociedade educacional, esses debates raciais passaram muito tempo sendo tratados no âmbito das relações pessoais, ou seja, a opressão da pessoa branca sobre a pessoa negra/indígena de forma direta ou de forma velada, foi compreendida historicamente apenas como uma questão de senso comum, de um ponto de vista não-científico.

O problema central desta presente pesquisa é demonstrar que esses debates não chegaram a culpabilizar o Estado como um dos principais responsáveis pela formação e pela a atuação do racismo que invisibiliza e massacra a existência da população não-branca na sociedade.

O Estado usa o racismo como ferramenta ou mecanismo de poder para impor violações às pessoas não-brancas, negligenciando a existência e o lugar de fala das mesmas, invisibilizando e tirando o máximo de direitos que esses povos podem ter nas instituições.

Sobre a autonomia dos indivíduos e sua potência constituinte de discursos, Foucault afirma-nos que:

> Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte desse sistema de poder, a "ideia" de que eles são agentes da "consciência" e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar „um pouco na frente ou um pouco de lado" para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento; na ordem do saber, da „verdade", da "consciência", do discurso. (FOUCAULT, 2021, p.71)

Sobre essa responsabilidade do Estado com relações a práticas racistas, afirma Foucault: "(…) o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros, a função assassina do Estado só pode ser assegurada desde que o Estado funcione, no modo do Biopoder, pelo racismo." (FOUCAULT, 1999).

Discutir o racismo institucional significa retirar o debate do âmbito das relações pessoais e levá-lo até o âmbito institucional, reconhecendo assim o estado e as instituições da burocracia estatal como alguns dos principais responsáveis pela contínua atualização e modificação do racismo na educação. Quando o assunto são escolas e universidades não podemos deixar de falar do racismo institucional, pois nesses ambientes os casos de invisibilização e opressão são enormes.

Foi possível perceber que na Escola Indígena raízes de Crateús existe espaços e funcionários que, articular e monitorar corpo estudantil e direção, estes esforços, no entanto, demostram-se muitas vezes falhos e não democráticos quando se trata de denunciar ações de cunho racista, principalmente quando esses discursos e comportamentos vêm do próprio corpo docente, de forma consciente ou não.

Historicamente na sociedade educacional construiu-se uma estrutura hierárquica de poder do educador sobre o educando, instrumento este que não torna acessível e muitas vezes não válida a denúncia, em virtude desse quadro, o estudante constrói uma subjetividade de insegurança enquanto está ocupando espaço de educando (ser educando).

Numa clássica citação, afirma-nos Freire:

> O professor autoritário, o professor licencioso, o professor competente, sério, o professor incompetente, o professor irresponsável, o professor amoroso da vida e das gentes, o professor mal amado, sempre com raiva do mundo e das pessoas, frio, burocrático racionalista, nenhum desses passa pelos educandos sem deixar sua marca. (FREIRE, 2019, p. 73).

A falta de autonomia e por ser aluno do fundamental I acaba têm que enfrentar o fato de que, muitas vezes, a estrutura administrativa dos espaços educativos e até mesmo outros alunos não concedem o devido valor à fala dos que sofrem preconceitos e discriminações; desta forma banaliza-se e negligencia-se a fala do oprimido.

Existe uma tradição filosófica que, a partir de Foucault e outros autores contemporâneos como Mbembe, Spivak, Agamben, afirmam que conceitos como o de Biopolítica e Biopoder podem ajudar a compreender e refletir esses mecanismos de valores éticos e morais, e até mesmo ir, além disso, como caracterizar ações do Biopoder como cruciais para comportamentos pragmáticos da política da morte (MBEMBE, 2016, p. 125).

É notório que quando as instituições educacionais não se mobilizam para evitar a grade evasão dos alunos negros/indígenas na educação pode-se caracterizar como racismo institucional ou até mesmo quando espaços e cargos são negados para esses alunos. Percebendo o racismo no âmbito das relações pessoais e institucionais é possível notar a presença de formas de violências constantes na educação como, por exemplo, a violência simbólica que é fundamental para o fortalecimento da branquitude.

Para Mills:

> A branquitude é originalmente coextensiva com a humanidade completa, de modo que o Outro não-branco é compreendido através de uma série histórica de conceitos cujo denominador comum é a localização de seus sujeitos em um degrau ontológico e moral mais baixo. (MILLS, 2018, p.426)

A subalternidade é a condição em que a absoluta maioria dos sujeitos vive na sociedade indiana, a qual ainda carrega fortes marcas do sistema social de castas – o qual dividia os indivíduos, segundo critérios tradicionais relacionados à religiosidade, de forma rígida e preconceituosa.

O subalterno, neste contexto social, é todo aquele que vive uma relação de opressão, sileciamento e invisibilização. Uma compreensão apressada da realidade histórica pode

induzir a conclusão de que, contemporaneamente, essas características marcantes do passado da sociedade indiana não possuem qualquer relevância no presente.

Entretanto, é exatamente contra essa apreensão ingênua da realidade que Spivak denuncia as formas contemporâneas de opressão dos corpos/sujeitos depotencializados da sociedade. Pobres, mulheres, não-europeus, continuam sendo subalternizados nesta sociedade que se julga disruptiva com toda a tradição.

Na verdade, como afirma a autora, as formas de opressão econômica, controle social e construção cultural, readaptaram-se para manter, através de novos dispositivos de poder, a diversas maneiras de violência – física, simbólica, estrutural – contra os mais frágeis.

Spivak (2010, p.94) utiliza-se da análise de uma imagem/evento que materializa essa subalternização, a autoimolação das viúvas indianas. Neste ritual que é denominado de Sati, as mulheres indianas que perdiam seus maridos eram orientadas pela religiosidade hindu a sacrificarem-se na mesma pira designada para o ritual de cremação de seus maridos.

Os colonizadores ingleses foram os responsáveis pela vedação deste tipo de ritual, o que, mais uma vez, uma consciência ingênua ou ignorante, acolhe como um ato de benevolência, quando na verdade estabeleceu-se mais uma vez como uma forma opressora de determinação dos sujeitos subalternos.

O que se destaca nessa abordagem é o silenciamento e/ou apagamento dos indivíduos subalternizados, aquelas – no caso das viúvas indianas – que sequer foram reconhecidas em toda uma luta histórica que estabeleceram para a conquista de seus direitos pessoais.

Segundo a autora:

> O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à mulher como um item respeitoso nas listas de prioridade global. A representação não definhou. A mulher intelectual como intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio. (SPIVAK, 2010, p. 126)

Os homens, brancos, europeus, colonizadores, roubaram mais uma vez – e agora com grandes repercussões políticas – o lugar de fala das mulheres indianas. A história passou assim a ser contada não através do empenho pessoal destas personagens anônimas ou melhor afirmando, anonimizadas.

Spivak propõe então uma releitura da história indiana como método para uma nova forma de analisar a toda a história dos inúmeros povos colonizados. Assim como a luta pelos direitos das mulheres indianas não pode ser reduzida a um ato da burocracia colonizadora

britânica, assim também, a maneira de encarar o passado de todos aqueles que foram invadidos, violentados, pilhados e saqueados, pelos europeus precisa ser apresentada a partir dos olhares daqueles que historicamente tiveram suas trajetórias apagadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, percebe-se então que o racismo opera de forma velada e direta no âmbito das relações institucionais e pessoais, gerando a violação de espaços democráticos no processo de ensino e aprendizagem, impossibilitando a universalização da liberdade e dos direitos básicos como uma educação de qualidade.

O estado usa mecanismos imorais para excluir e oprimir as identidades e os saberes da população negra que muitas vezes não chega a conhecer os fatos verídicos que ocorreram no tempo da colonização, apagando assim personagens negros/indígenas fundamentais para tornar o fim da escravatura possível. Por isso o aluno negro se sente inferior por falta de representatividade ou até mesmo de resistência dentro e fora do ensino, concluindo assim o epistemicídio na educação. Sueli Carneiro apresenta em um dos seus textos de forma clara a relação do epistemicídio no âmbito da educação:

> "[...] dinâmica e produção que tem se feito pelo rebaixamento da autoestima que compromete a capacidade cognitiva e a confiança intelectual, pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, nos instrumentos pedagógicos ou nas relações sociais no cotidiano escolar, pela deslegitimação dos saberes dos negros sobre si mesmos e sobre o mundo, pela desvalorização, ou negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano ao patrimônio cultural da humanidade, pela indução ou promoção do embranquecimento cultural, etc." (2005, p. 324).

É preciso abranger debates e discussões sobre o racismo, pois só compreendendo e refletindo a opressão que esses povos passam poderemos efetivamente estabelecer uma educação democrática. É preciso qualificação e empatia para atuamos de forma igualitária na educação, principalmente quando estamos ocupando espaços de autoridades, como é o caso do professor.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Lourenço da Conceição. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de ciencias sociales, niñez y juventud**, v. 8, p. 607-630, 2010.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo. Disponível em: https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf . Acesso em 17/jan/2022.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. São Pauo: Paz &Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 60. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2019.

GOMES, Fulvio de Moraes. As Epistemologias do Sul de Boaventura de Sousa Santos: Por Um Resgate do Sul Global. **Páginas de Filosofia** (São Bernardo do Campo), v. 4, p. 39-54, 2012. Disponível: https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/PF/article/view/3749/3357 . Acesso em 20/dez/2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução: Renata Santini. 3ª Edição, São Paulo: n-1 edições, 2018.

MILLS, Charles W. Ignorância branca. Tradução de Breno Ricardo Guimarães Santos. **Griot**: Revista de Filosofia, Amargosa/Bahia, v.17, n.1, p.413-438, junho/2018. Disponível em: https://philpapers.org/archive/SANIB.pdf . Acesso em 05/dez/2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução Sandra Regina Goulart de Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa –Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Sobre os Autores

Autor 1: Graduado em Pedagogia na UECE. Atua como docente na Rede Estadual de Educação do Ceará. E-mail: daniel.camargo@aluno.uece.br.

Autor 2: Professor da Licenciatura em Pedagogia e do Curso de Mestrado Acadêmico em Filosofia da Universidade Estadual do Ceará. Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: vicente.brazil@uece.br